



LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Leia atentamente o trecho extraído de “Políticas públicas educacionais e a gestão escolar no Brasil”, de Soraia Gadelha Carolino e José Luís Mendes dos Santos.

Após a leitura, responda às questões de 01 a 04:

TEXTO:

A educação no Brasil, direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal, deve ter seu funcionamento assegurado e ampliado pelo poder público que deve ainda garantir a qualidade da educação ofertada. Para o alcance dos resultados esperados em desenvolvimento social e econômico, possibilitados por meio da educação de um país, diversos investimentos e ações em estrutura, insumos e formação são implementados buscando aprimorar e viabilizar o sucesso escolar.

As políticas públicas para a educação são um conjunto de Leis, programas e ações implementadas pelo Governo, que fomentam o acesso, a permanência e a qualidade da Educação para todos os cidadãos. Estas políticas devem abranger as dimensões necessárias para o bom funcionamento das instituições e sistema escolar como a regulação profissional, a regulamentação de programas e estratégias de apoio, a avaliação das ações e principalmente o financiamento da educação.

Além de regulamentar a educação em sua totalidade, as políticas públicas têm o papel de acompanhar as mesmas, devendo avaliar e aprimorar a qualidade da educação do país. Para tanto, são utilizados, dentre outras estratégias, programas nacionais e [iniciativas] implementadas, orientando para o fortalecimento, extinção ou criação de novas políticas internacionais de avaliação que servem como termômetro para os resultados das ações.

01. (GESTORES BARBALHA/2023) Com base no primeiro parágrafo do texto, assinale a alternativa correta, considerando o aspecto da identificação de segmentos textuais principais e secundários:

- A) O tópico frasal (segmento textual principal) é o primeiro período gramatical, terminado pela palavra “ofertada”. O segmento textual secundário é o segundo período, terminado pela palavra “escolar”. O segundo segmento retoma a ideia contida em “garantir a qualidade da educação ofertada”, constituindo-se em um detalhamento que aprofunda informações contidas no primeiro segmento, sendo, por isso, uma ideia secundária.
- B) O tópico frasal (segmento textual principal) é o primeiro período gramatical, terminado pela expressão “poder público”. O segmento textual secundário é o segundo período, terminado pela palavra “país”. O segundo segmento retoma a ideia contida em “direito público subjetivo”, constituindo-se em um detalhamento que aprofunda informações contidas no primeiro segmento, sendo, por isso, uma ideia secundária.

- C) O tópico frasal (segmento textual principal) é o segundo período gramatical, terminado pela palavra “escolar”. O segmento textual secundário é o primeiro período, terminado pela palavra “ofertada”. O primeiro segmento antecipa a ideia contida em “aprimorar e viabilizar”, constituindo-se em um detalhamento que aprofunda informações contidas no segundo segmento, sendo, por isso, uma ideia secundária.
- D) O segundo segmento é o principal segmento textual, pois é menos genérico que o primeiro, sugerindo ações concretas, ausentes no primeiro segmento.
- E) O primeiro segmento é o principal, pois o segundo segmento inicia pelo termo “para”, que indica finalidade e impede que seja possível reescrever o parágrafo, deslocando o período gramatical para o início do bloco textual

02. (GESTORES BARBALHA/2023) No segundo parágrafo, qual elemento responsável pela progressão temática do texto produz um efeito de retomada que torna um período textualmente dependente de outro?

- A) todos.
- B) estas.
- C) abranger.
- D) como.
- E) principalmente.

03. (GESTORES BARBALHA/2023) Existe uma falha de estruturação sintática no terceiro parágrafo, quando os autores usam a expressão “as mesmas”, pois esse tipo de estrutura opera por meio da retomada de uma ou mais palavras e não existe, no trecho, nenhuma expressão adequada que esteja no feminino e no plural, de modo a garantir a correta concordância nominal. “As mesmas” não podem retomar a expressão “políticas públicas”, pois o resultado seria incoerente: as políticas públicas têm o papel de acompanhar as políticas públicas. Assinale a alternativa que, articulando o terceiro parágrafo ao segundo, poderia funcionar como expressão retomada e substituir adequadamente “as mesmas”, sem ocasionar desvio dos conceitos discutidos:

- A) leis.
- B) cidadãos.
- C) dimensões.
- D) instituições.
- E) ações.

04. (GESTORES BARBALHA/2023) O que o texto sugere que é fomentado pelas Políticas Públicas na Educação?

- A) Apenas a qualidade da Educação.
- B) Apenas o acesso à Educação.
- C) Acesso, permanência e qualidade da Educação.



- D) Apenas a permanência na Educação.
- E) A formação de gestores escolares.

Leia atentamente o trecho do texto “Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar”, de Ivana Campos Oliveira e Ione Vasques-Menezes. Após a leitura, responda às questões de 05 a 07:

TEXTO:

Originário do latim *gestione*, o conceito de gestão refere-se à ação e ao efeito de gerir ou de administrar. Muitas concepções foram dadas para o tema no decorrer dos anos. Andrade (2001), no Dicionário de sinônimos da língua portuguesa, alerta que, embora a palavra portuguesa *gestão*, em seu sentido original, expresse a ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas, uma parcela da sociedade compreende *gestão* como funções burocráticas, destituídas de uma visão humanística, e como uma ação voltada à orientação do planejamento, da distribuição de bens e da produção desses bens.

Segundo Garay (2011), *gestão* é o processo de dirigir a organização e, a partir daí, tomar decisões levando em consideração as demandas do ambiente e os recursos disponíveis. Garay explica ainda que *gestão* está relacionada ao chamado processo administrativo, definido por Fayol, em 1916, como o ato de planejar, organizar, dirigir e controlar os recursos da empresa, para que os objetivos sejam alcançados.

Inicia-se, a partir daqui, o estudo específico do conceito de *gestão escolar*. Será utilizado o termo *gestão escolar* em detrimento de *administração escolar*, partindo-se da compreensão de que são termos distintos, ao se tratar de educação. Para Santos Filho (1998), *administração* traz, no caso da educação, uma concepção técnica, hierarquizada e fragmentada, baseada no poder e na autoridade. O autor prefere a utilização de *gestão escolar*, que leva ao conceito de compartilhamento de ideias, participação de todos no processo de organização e funcionamento da escola. Bordignon e Gracindo (2000) compreendem que gerenciar uma escola é diferente de gerenciar outras organizações sociais, devido à sua finalidade, estrutura pedagógica e às relações internas e externas.

05. (GESTORES BARBALHA/2023) No primeiro parágrafo do texto, o termo “embora” poderia ser substituído, sem alterar as relação de sentido do texto por:

- A) “assim como”, pois introduz a primeira de duas afirmações que estão de acordo entre si.
- B) “não só...”, pois serve para unir frase em que uma é consequência da outra.
- C) “como”, porque é empregado para mostrar semelhanças, diferenças ou igualdades entre elementos na frase.
- D) “apesar de que”, pois introduz uma sentença que revela um valor contrário à ação que se afirma adiante, mas que não a impede.

- E) “contanto que”, pois se emprega para expressar uma condição que deve ser cumprida para que outra ação ocorra.

06. (GESTORES BARBALHA/2023) Quanto ao segundo parágrafo, é correto afirmar-se que:

- A) A consideração das demandas do ambiente e os recursos disponíveis são fatores que definem, como causa, o conceito de *gestão*.
- B) A consideração das demandas do ambiente e os recursos disponíveis são fatores que definem, como causa, o conceito de processo administrativo.
- C) A consideração das demandas do ambiente e os recursos disponíveis são fatores que definem, como causa, o conceito de *direção*.
- D) Tomar decisões é o elemento desencadeador do processo de dirigir a organização.
- E) Dirigir a organização é o elemento desencadeador do processo de tomar decisões.

07. (GESTORES BARBALHA/2023) Assinale a alternativa que, no terceiro parágrafo do texto, expressa um ponto de vista subjetivo, que não é passível de ser verdadeiro ou falso em sentido estrito e que difere da informação baseada em elementos observáveis ou verificáveis:

- A) Inicia-se, a partir daqui, o estudo específico do conceito de *gestão escolar*.
- B) Será utilizado o termo *gestão escolar* em detrimento de *administração escolar*, partindo-se da compreensão de que são termos distintos, ao se tratar de educação.
- C) Para Santos Filho (1998), *administração* traz, no caso da educação, uma concepção técnica, hierarquizada e fragmentada, baseada no poder e na autoridade.
- D) O autor prefere a utilização de *gestão escolar*, que leva ao conceito de compartilhamento de ideias, participação de todos no processo de organização e funcionamento da escola.
- E) Bordignon e Gracindo (2000) compreendem que gerenciar uma escola é diferente de gerenciar outras organizações sociais, devido à sua finalidade, estrutura pedagógica e às relações internas e externas.

Leia atentamente o trecho do texto “Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática”, de Ângelo Ricardo de Souza. Após a leitura, responda às questões de 08 a 10:

TEXTO:

O interesse da ação política é o poder. No campo da *gestão escolar*, muitos são os trabalhos que estudam, descrevem, analisam ou têm em perspectiva formas de se conduzir a política escolar voltadas mais à divisão desse poder (SOUZA, 2007). O poder em questão que torna a *gestão* um processo político, para essa perspectiva da *gestão democrática*, não é a capacidade da parte de quem o controla em levar os outros sujeitos não-controladores desse poder



a fazerem o que aqueles desejavam, e ainda legitimamente reconhecendo a relação de dominação, como afirma Max Weber (2004, p. 43). Assemelha-se mais ao poder decorrente da capacidade humana de agir em conjunto com outros, construindo uma vontade comum (ARENDE, 2000; BOBBIO, 2000).

Essa questão diz respeito à compreensão da natureza política da gestão escolar, pois se a política na escola representa operar a disputa com (grupos de) pessoas rivais em relação a diferentes compreensões, na busca pelo controle sobre a própria escola, então teremos a aproximação entre ação política e poder no sentido weberiano; mas, se a política na escola reconhece que o poder em questão decorre de um contrato firmado entre as pessoas que compõem essa instituição, e considera que o diálogo entre esses sujeitos é pré-condição para a sua operação, assim se terá uma ação política talvez mais democrática. Mas num ou noutro caso, se trata sempre de poder, pois a política somente existe onde há poder em questão. A forma como se lida com ele, contudo, pode demonstrar uma vocação mais ou menos democrática.

Senão vejamos o caso do pressuposto do "respeito à maioria". Basear as decisões em respeito à regra da maioria é um princípio da democracia formal, como mais adiante veremos com Bobbio. Mas isso pode representar atitude pouco democrática de fato, particularmente como realizada no mundo da democracia representativa formal. A escola, como instituição que tem a tarefa de promover o diálogo, a humanização do humano e a sua emancipação (ADORNO, 1998), ao pautar seus processos de gestão a partir sempre da lógica da maioria, corre sério risco de padronizar suas tomadas de decisão em procedimentos que podem ser mais expressão da violência do que da democracia, uma vez que a maioria, mesmo que fluida, quando ciente do controle que possui sobre as decisões, dificilmente abre mão de suas posições, mesmo tendo frágeis argumentos para mantê-las, pois tem, neste caso, o principal argumento: a força. A instituição de conselhos de escola, eleições para dirigentes escolares ou outros mecanismos tidos como de gestão democrática que atuam a partir da regra da maioria, per si, portanto, não representam a essência da democracia. Se os indivíduos que compõem essas instituições não pautarem suas ações pelo diálogo e pela alteridade, pouco restará de democrático nessas ações coletivas. Diante disso, a busca da força do argumento parece ser a alternativa (HABERMAS, 1990).

08. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com o primeiro parágrafo do trecho, o aspecto que torna uma definição de poder preferível à outra é:

- A) A legitimidade dada pelo reconhecimento de quem exerce o poder.
- B) A perspectiva democrática que deve existir na gestão escolar.
- C) O elemento diluidor presente na vontade comum.
- D) A divisão de poder como traço cultural da modernidade.
- E) A resistência dos não-controladores do poder.

09. (GESTORES BARBALHA/2023) No segundo parágrafo, o autor:

- A) Alinha-se à abordagem weberiana, negando-se a admitir a existência de outra abordagem viável.
- B) Alinha-se à abordagem democrática, negando-se a admitir a exequibilidade da perspectiva de Weber.
- C) Admite a perspectiva weberiana como possível, mas não a considera como melhor alternativa.
- D) Não admite a perspectiva de Weber como viável, mas dá a ela sua preferência.
- E) Considera as duas compreensões de poder como legítimas, viáveis e equivalentes entre si.

10. (GESTORES BARBALHA/2023) Segundo o que se desprende do terceiro parágrafo, representam práticas da "democracia formal":

- A) O diálogo e o respeito ao argumento mais democrático.
- B) O respeito à maioria e ao argumento mais democrático.
- C) A padronização dos procedimentos e o respeito à diversidade.
- D) Os conselhos e as eleições para dirigentes escolares.
- E) O respeito ao diálogo e à alteridade.

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

11. (GESTORES BARBALHA/2023) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, determina para a Educação Básica.

- I. A educação básica objetiva assegurar o exercício da cidadania e fornecer as crianças meios para permanecer no trabalho desde a Educação Infantil até o Ensino superior em escolas segregadas dentro e fora das suas comunidades.
- II. Os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem se orientar pela base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
- III. A educação básica, com ênfase nos cursos profissionalizantes, tem base na aprovação ou reprovação sempre que o gestor municipal assim o recomendar.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Apenas a afirmativa II está correta.
- D) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.



12. (GESTORES BARBALHA/2023) A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, em seu Artigo 21, determina que a educação brasileira se organiza em dois níveis: educação básica e educação superior e em seu Artigo 22 diz que:

- I. A educação básica compreende as etapas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação especial.
- II. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica; tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.
- III. Com a aprovação da Lei nº 11.274/2006 foi estabelecida a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos, a partir dos seis anos de idade.
- IV. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) I.
- B) II.
- C) IV.
- D) II e III.
- E) I e III.

13. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com o Art. 5º da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo acionar o poder público para exigí-lo:

- I. Organização sindical.
- II. Entidade de classe ou outra legalmente constituída.
- III. Ministério Público.
- IV. Representante de Embaixada e Consulado.
- V. Associação comunitária.
- VI. Qualquer cidadão, grupo de cidadãos.

Marque a alternativa que contenha todos os itens CORRETOS.

- A) I, II, III, IV e V, apenas.
- B) I, II e V, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II, III, V e VI, apenas
- E) III e IV, apenas.

14. (GESTORES BARBALHA/2023) O Art. 4º - A da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) assegura o direito ao atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar:

- I. Por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.
- II. Por 03 meses, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.
- III. Por no máximo 06 meses, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas a proposição III está correta.
- B) As proposições I e III estão incorretas.
- C) Apenas a proposição I está correta.
- D) As proposições I e II estão corretas.
- E) As proposições II e III estão corretas

15. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com o artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- A) Executar a proposta pedagógica determinada pelo Município, Estado e União; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; zelar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- B) Elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas; instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os Conselhos Escolares.
- C) Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; oferecer autonomia aos docentes para o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; possibilitar para que o cumprimento do plano de trabalho de cada docente



fique a critério de cada um; determinar que somente os professores organizem a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

- D) Favorecer para que o cumprimento do plano de trabalho de cada docente seja administrado pelos técnicos da secretaria de educação; prover provas e punições para os alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.
- E) Cobrar da secretaria de educação a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

16. (GESTORES BARBALHA/2023) O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 expressa que o ensino será ministrado com base em princípios viabilizando a adoção de critérios para a participação da população dentro das unidades escolares e dispõe em seu inciso VI o princípio da gestão escolar:

- A) A gestão democrática do ensino público, na forma da lei.
- B) A gestão de autonomia do ensino público, na forma da lei.
- C) A gestão organizacional do ensino público, na forma da lei.
- D) A gestão burocrática do ensino público, na forma da lei.
- E) A gestão inclusiva do ensino público, na forma da lei.

17. (GESTORES BARBALHA/2023) Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), promulgada em 20 de dezembro de 1996, no Art. 3º determina que o ensino será ministrado com base em princípios, dentre eles:

- A) Escola dualista para que se erradicar a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- B) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; condicionar as forma de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; erradicar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da

educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

- C) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; eliminar com as questões que possibilitam o respeito à liberdade e apreço à tolerância; eliminar a existência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- D) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; privatização total do ensino público em estabelecimentos oficiais; desvalorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal.
- E) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

18. (GESTORES BARBALHA/2023) Tendo em vista o que determine a Constituição Federal no seu artigo 206, inciso VI, espera-se das escolas uma gestão democrática, a LDB/96 estabeleceu, no seu artigo 14, os princípios que devem norteá-la e assevera que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- A) Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.
- B) Participação dos profissionais da secretaria estadual de educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; Participação das igrejas com representantes natos do participante mais antigo, comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.



- C) Participação dos agentes de trânsitos, dos profissionais da OAB na elaboração e execução do projeto pedagógico da escola; Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.
- D) Participação dos profissionais das delegacias estaduais e federais, dos profissionais da OAB na elaboração do projeto pedagógico da escola; Participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.
- E) Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; Participação dos diretores lotados, das comunidades do SESC em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes.

19. (GESTORES BARBALHA/2023) A Lei nº 13.005, estabelece o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014-2024, possui 20 metas para todos os níveis e modalidades de ensino a serem alcançadas até o final de 2024. O Plano Nacional de Educação dedica meta exclusiva referente à gestão democrática, acompanhada de oito estratégias para a sua consecução. A meta que trata da Gestão Escolar é a:

- A) Meta 12: assegurar condições, no prazo de 5 (cinco) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- B) Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- C) Meta 10: assegurar condições, no prazo de 3 (três) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- D) Meta 11: assegurar condições, no prazo de 6 (seis) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.
- E) Meta 09: assegurar condições, no prazo de 1 (um) ano, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

20. (GESTORES BARBALHA/2023) O Art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)

determina que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- A) Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial religiosa, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção em culturas determinadas, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- B) Currículos, métodos, técnicas, trabalhos burocráticos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação obrigatória geral para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- C) Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; acesso igualitário aos benefícios



dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

- D) Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; acesso com restrições aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- E) Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e não ofertar aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; não é necessário os professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino não devem ser capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

21. (GESTORES BARBALHA/2023) A construção da gestão democrática da escola implica em inúmeros fatores, dentre eles podem ser considerados:

- A) A luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva de todos nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.
- B) A luta pela garantia da autonomia somente do núcleo gestor escolar, participação com reservas dos colegiados nos processos de tomada de decisão, organização de espaços para que a secretaria de educação construa os projetos da escola.

- C) A luta pela garantia da autonomia dos técnicos da CREDE para a construção e execução do Projeto Pedagógico da Escola, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.
- D) A luta pela garantia da privatização da unidade escolar, participação somente do núcleo gestor nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.
- E) A luta pela garantia da exclusividade do coordenador pedagógico construir e executar os projetos da escola, participação somente da direção geral da escola nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas por indicação do diretor.

22. (GESTORES BARBALHA/2023) A Professora Heloisa Luck (2009) ao refletir sobre liderança na gestão democrática da escola afirma que uma “Gestão democrática pressupõe a mobilização e organização das pessoas para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais.”

- I. Percebe-se a importância da competência de liderança da gestão escolar e sua capacidade de influenciar a atuação das pessoas com quem trabalha (professores, estudantes, funcionários, familiares, entre outros).
- II. Percebe-se a escuta como parte do processo de gestão democrática, destacando a importância de saber ouvir sem fazer pré-julgamentos e de sustentar o exercício contínuo do diálogo aberto e da capacidade de ouvir.
- III. Percebe-se que a relação deve ser unilateral, ou seja, em uma gestão democrática a relação é vertical.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- C) Apenas a afirmativa II está correta.
- D) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- E) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

23. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com o Professor Libâneo (2015) O primeiro sentido de organização e gestão da escola está ligado à ideia de que a escola, enquanto instituição, é uma unidade social em que pessoas trabalham juntas (lugar de interação, lugar de relações) para alcançar determinados objetivos e, especificamente, o de promover o ensino-aprendizagem dos alunos. Nesse sentido é correto afirmar que:

- A) Essa atividade não pode ser conjunta, deve ser organizada e gerida pelas indicações dos gestores municipais, ou seja, a organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de funcionamento de autoridades fora da escola.



- B) Essa atividade não pode ser coletiva, deve ser organizada e gerida por profissionais indicados pelos gestores municipais, ou seja, a organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de funcionamento alheias a escola.
- C) Essa atividade deve ser individualizada, deve ser organizada e gerida por profissionais indicados pelos gestores estaduais, ou seja, a organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de funcionamento da esfera estadual.
- D) Essa atividade conjunta precisa ser estruturada, organizada e gerida, ou seja, organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de funcionamento, às formas de coordenação e gestão do trabalho, ao provimento e utilização dos recursos materiais e financeiros, aos procedimentos administrativos, às formas de relacionamento entre as pessoas.
- E) Essa atividade individualizada precisa ser estruturada por profissionais indicados pelo MEC, organizada e gerida, ou seja, organização e a gestão da escola dizem respeito à estrutura de fomento às formas de coordenação e gestão do trabalho dos gestores municipais, ao provimento e utilização dos recursos materiais e financeiros, aos procedimentos administrativos.

24. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com os princípios da gestão democrática do ensino público na educação básica é correto afirmar:

- A) A Participação dos profissionais do IDEB no projeto pedagógico da escola e a Participação das comunidades carentes e vulneráveis em conselhos escolares ou equivalentes.
- B) A Participação dos profissionais da OAB na elaboração do projeto pedagógico da escola e a Participação das comunidades religiosas em conselhos escolares ou equivalentes.
- C) A Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- D) A Participação dos profissionais do MEC na elaboração do projeto pedagógico da escola e a Participação das comunidades periféricas em conselhos escolares ou equivalentes.
- E) A Participação dos sindicatos na elaboração do projeto pedagógico da escola e a Participação da SME em conselhos escolares ou equivalentes.

25. (GESTORES BARBALHA/2023) A gestão escolar democrática tem como uma das suas dimensões o princípio da autonomia corroborando à organização educativa a partir das tomadas de decisões à base das ideias e opiniões da comunidade escolar. A educação para todos recorrerá a um planejamento abrangente concretizado pelo empenho de três eixos que regem a escola, são eles:

- A) Pedagógico, Administrativo e Financeiro.
- B) Político, Burocrático, Subjetivo.

- C) Acultural, Financeiro, Administrativo.
- D) Individual, Pedagógico, Subjetivo.
- E) Pedagógico, Individual, Burocrático.

26. (GESTORES BARBALHA/2023) Sobre o conceito de gestão democrática é correto afirmar:

- A) Gestão democrática é um princípio autorizado pelo MEC e abrange, no contexto de cada escola, as dimensões pedagógica e administrativa, restando aos estados ou municípios a gestão financeira.
- B) A gestão democrática exige que somente os gestores construam e executem os projetos da escola em uma relação unilateral.
- C) Dentre os princípios da gestão democrática está à construção do Projeto Político Pedagógico da escola por todos que fazem parte da comunidade escolar.
- D) Gestão democrática é um princípio determinado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB e abrange, no contexto de cada escola, as dimensões burocráticas e subjetivas da escola.
- E) Gestão democrática é um princípio unicamente da SME que abrange, no contexto de cada escola, as dimensões pedagógica e burocráticas dos que fazem a gestão municipal.

27. (GESTORES BARBALHA/2023) Na perspectiva da Gestão Escolar Democrática e participativa, a elaboração do Projeto Político Pedagógico Escolar requer:

- A) Por ser um documento de construção individual é necessário para sua elaboração, execução e perpetuação das suas metas e estratégias.
- B) Por ser construído pelo MEC, é necessário para sua execução estabelecimento de um ambiente burocrático para o sucesso dos seus resultados.
- C) Por sua elaboração, execução e avaliação ser exclusivamente do MEC, o estabelecimento de um ambiente burocrático de todos os envolvidos deve ser seguido para garantir o desempenho na execução de suas metas e estratégias.
- D) Por ser de construção individual, é necessário para sua elaboração, execução e avaliação, o estabelecimento de regras para acompanhar todos os que fazem parte do ambiente escolar.
- E) Por ser coletivo e integrador, é necessário para sua elaboração, execução e avaliação, o estabelecimento de um ambiente de diálogo, de cooperação e de participação de todos os envolvidos com o ambiente educativo.



28. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com Veiga (2020) Documento que ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. Assinale a alternativa que se refere à descrição apresentada:

- A) Planejamento didático.
- B) Histórico Escolar.
- C) Ficha de Matrícula do aluno.
- D) Regimento Escolar.
- E) Projeto Político Pedagógico.

29. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com José Carlos Libâneo (2015), estudos existentes no Brasil sobre a organização e gestão escolar e nas experiências levadas a efeito nos últimos anos, é possível apresentar, de forma esquemática, três das concepções de organização e gestão: a técnico-científica (ou funcionalista), a autogestionária e a democrático-participativa.

- I. A concepção técnico-científica baseia-se na hierarquia de cargos e funções visando a racionalização do trabalho, a eficiência dos serviços escolares. Tende princípios e métodos da administração empresarial.
- II. A concepção autogestionária baseia-se na responsabilidade coletiva, ausência de direção centralizada e acentuação da participação direta e por igual de todos os membros da instituição.
- III. A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de gestão em que as decisões são tomadas coletivamente e discutidas publicamente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III.
- E) I, II e III.

30. (GESTORES BARBALHA/2023) Para Heloisa Luck (2013), no âmbito da escola, o exercício da participação que caracteriza a gestão democrática, seus participantes estão coletivamente organizados e compromissados com a promoção de educação de qualidade para todos. Nessa direção a autora afirma que a Gestão da Escola deve, entre outros:

- I. Estimular os participantes de todos os segmentos da escola a envolverem-se na realização dos projetos escolares, melhoria da escola e promoção da aprendizagem e formação dos alunos, como uma causa comum a todos, de modo a integrarem-se no conjunto do trabalho realizado.
- II. Estimular e orientar a participação dos membros mais apáticos e distantes, levando-os a apresentar suas contribuições e interesses para o desenvolvimento conjunto e do seu próprio desenvolvimento.
- III. Manter-se a par das questões da comunidade escolar e interpretar construtivamente seus processos sociais, orientando o seu melhor encaminhamento.
- IV. Promover práticas de coliderança, compartilhando responsabilidades e espaços de ação entre os participantes da comunidade escolar, como condição para a promoção da gestão compartilhada e da construção da identidade da escola.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas II e III.
- D) Apenas III e IV.
- E) I, II, III e IV.

GESTÃO PEDAGÓGICA E DE RESULTADOS EDUCACIONAIS

31. (GESTORES BARBALHA/2023) Permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências.

A descrição apresentada faz referência ao:

- A) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).
- B) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Saes).
- C) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Infantil (Saei).
- D) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Fundamental (Saef).
- E) Sistema Nacional de Avaliação da Educação Especial (Sae).



32. (GESTORES BARBALHA/2023) As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem:

- A) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).
- B) Índice de Desenvolvimento da Educação Superior (Ides).
- C) Índice de Desenvolvimento da Educação Infantil (Idei).
- D) Índice de Desenvolvimento da Educação Fundamental (Idef).
- E) Índice de Desenvolvimento da Educação Especial (Idee).

33. (GESTORES BARBALHA/2023) Realizado desde 1990, o Saeb passou por uma série de aprimoramentos teórico-metodológicos ao longo das edições. Nas últimas edições é possível verificar esse avanço com a implementação de diversas novidades, em especial as voltadas a implementação da BNCC. São marcos:

- I. Avaliação do 2º ano do Ensino Fundamental - teve a primeira edição em 2019 alinhada com a BNCC, os resultados de 2021 foram também utilizados para definir níveis de alfabetização através do programa "Alfabetiza Brasil".
- II. Avaliação de Ciências Humanas e Ciências da Natureza para o 9º ano do EF - foi realizada na edição de 2019 e replicada em 2021, está em consonância com a BNCC.
- III. Avaliação da Educação Infantil - Foi realizado um projeto piloto em 2019 e teve sua primeira execução em 2021 com a base de dados sendo disponibilizada publicamente, é baseada na legislação vigente e nos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.
- IV. Questionário eletrônico para Secretário Municipal de Educação - teve sua primeira aplicação em 2019, coletando informações relevantes sobre a gestão municipal.
- V. Questionários eletrônico para Diretores de Escola, foi realizada a partir de 2019 com revisão dos itens conforme a nova matriz do SAEB.
- VI. Questionário dos Professores da Educação Infantil, abordando aspectos da sala de aula e do cotidiano da educação infantil, ampliando o SAEB para este nível educacional a partir de 2019.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas II, III, V e VI estão corretas.
- C) Apenas a afirmativa IV está correta.
- D) Apenas as afirmativas I, II, III e V estão corretas.
- E) As afirmativas I, II, III, IV, V e VI estão corretas.

34. (GESTORES BARBALHA/2023) Um dos objetivos do SAEB é:

- A) Fornecer subsídios que contribuam para a universalização do acesso à educação e para a ampliação da qualidade, equidade e eficiência do ensino no Brasil.
- B) Fornecer subsídios que contribuam para a restrição do acesso à educação e para a erradicação da qualidade, equidade e eficiência do ensino no Brasil.
- C) Fornecer subsídios que erradiquem com para a universalização do acesso à educação e para a diminuir a qualidade do ensino no Brasil.
- D) Fornecer subsídios que não contribuam para a universalização do acesso à educação e para a ampliação da privatização do ensino no Brasil.
- E) Fornecer subsídios que contribuam para a educação privada e para a ampliação da qualidade, do ensino religioso no Brasil.

35. (GESTORES BARBALHA/2023) O Art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 determina que o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia, dentre outros de:

- A) Educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.
- B) Educação digital, mas não garante a conectividade das instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.
- C) Educação digital, com a garantia de conectividade unicamente para as instituições públicas estaduais de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.
- D) Educação digital, com a garantia de conectividade para as instituições privadas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.



E) Educação digital, com a garantia de conectividade somente as instituições públicas municipais de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas.

36. (GESTORES BARBALHA/2023) Segundo Libâneo (2015), a escola necessária para os novos tempos é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato dos alunos com a cultura, aquela cultura provida pela ciência e pela técnica, pela linguagem, pela estética e pela ética. Nessa direção, o autor supracitado afirma que uma escola de qualidade é aquela que:

- A) Pratica uma educação bancária, uma escola a favor da exclusão econômica e política.
- B) Inclui, uma escola contra a exclusão econômica, política, cultural e pedagógica.
- C) Tem o foco no tecnicismo, uma escola neoprodutivista.
- D) Exclui, uma escola da exclusão econômica, política, cultural e pedagógica.
- E) Traça metas e estratégias com foco na exclusão social.

37. (GESTORES BARBALHA/2023) A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil/apresentacao>, acesso dia 15 de outubro 2023. O MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo:

- A) A correção em crianças com deficiência visual com distribuição de óculos e ferramentas adequadas.
- B) A correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.
- C) Modificações no plano de aula.
- D) Um novo regimento escolar.
- E) O Projeto Político Pedagógico da Escola e encaminhando para todas as escolas do país.

38. (GESTORES BARBALHA/2023) De acordo com o portal do MEC <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb> (acesso dia 15 de outubro 2023), o Ideb agrega ao enfoque pedagógico das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de 0 a 10. A combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões:

- I. Se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema.
- II. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.
- III. Se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb, o fator fluxo NÃO será alterado, ou seja, NÃO indicando a necessidade de melhoria do sistema.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) III.
- E) I, II e III.

39. (GESTORES BARBALHA/2023) A Prova Brasil:

- A) tem estabelecido, como meta para 2024, alcançar média 10.
- B) é desenvolvida com o foco nos alunos unicamente das escolas privadas do país.
- C) é aplicada unicamente em escolas periféricas.
- D) é desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC).
- E) é fiscalizada pela OAB.

40. (GESTORES BARBALHA/2023) A gestão de resultados educacionais refere-se ao desdobramento do monitoramento e da avaliação de desempenho da escola relacionado à aprendizagem dos alunos. A gestão de resultados educacionais se baseia na ideia de que há sempre o que ser melhorado no processo de ensino e aprendizagem para buscar a excelência na educação. Nesse sentido, os indicadores de qualidade que norteiam essa gestão incluem, dentre outros:

- I. A avaliação e a busca contínua de melhoria do projeto pedagógico da escola.
- II. A análise, a divulgação e a utilização dos resultados obtidos.
- III. Os níveis de satisfação da comunidade escolar.
- IV. A transparência de resultados.

Está CORRETO o que se afirma apenas em:

- A) I, II, III e IV.
- B) I, II e IV.
- C) I, II e III.
- D) III e IV.
- E) III.